

**PRINCIPAIS JULGAMENTOS NO TFR E STJ  
JURISPRUDÊNCIA**

## ABREVIATURAS EMPREGADAS

<b>AC</b>	— Apelação Cível
<b>ACR</b>	— Apelação Criminal
<b>AG</b>	— Agravo de Instrumento
<b>AGPT</b>	— Agravo de Petição Trabalhista
<b>AMS</b>	— Apelação em Mandado de Segurança
<b>CC</b>	— Conflito de Competência
<b>HC</b>	— <i>Habeas Corpus</i>
<b>MS</b>	— Mandado de Segurança
<b>RCCR</b>	— Recurso Criminal
<b>REO</b>	— Remessa <i>Ex-Officio</i>
<b>RESP</b>	— Recurso Especial
<b>RHC</b>	— Recurso Ordinário de <i>Habeas Corpus</i>
<b>RMS</b>	— Recurso em Mandado de Segurança
<b>RO</b>	— Recurso Ordinário Trabalhista

**Acidente de Trânsito** - Veículo dirigido por menor sem autorização do pai - Morte de transeunte - Co-autoria - Inexistência - A co-autoria, em crimes dolosos ou culposos, depende da existência de um nexos causal físico ou psicológico ligando os agentes do delito ao resultado - Não é admissível, por tal fato, a co-autoria em delito culposo de automóvel onde figura como autor menor inimputável - A negligência do pai, quando existente, poderá dar causa à direção perigosa atribuída ao menor, jamais à causa do evento. (Desprovimento) (STJ) RESP 25.070-MT, 28/04/93.

**Administradora de Cartão de Crédito** - Intermediação financeira - Crime de usura pecuniária - Inocorrência - A intermediação financeira, feita por administradora de cartão de crédito, atuando como mandatária dos usuários na obtenção e empréstimo bancário para seus mandantes, não constitui ato privativo de instituição financeira, a imputar-lhe a prática do crime de usura pecuniária, tal como previsto no art. 4º da Lei 1.521/51. (Provimento) (STJ) RHC 4.783-SP, 26/05/97.

**Advogado** - Imunidade judiciária - Trancamento da ação penal - Impossibilidade - A inviolabilidade concedida aos advogados pelo art. 133 da Constituição Federal por seus atos e manifestações no exercício da profissão, não vai ao ponto de reconhecer-se a denominada imunidade judiciária quando a ofensa irrogada ao querelante reveste-se de excesso condenável - Inadmissível, na via augusta do *habeas corpus*, discutir ou analisar profundamente a prova coligida na persecução penal, com o fito de trancar-se a ação. (Desprovimento) (STJ) RHC 1.669-RJ, 08/04/92.

**Advogados** - Intimação - Se não denunciada nos autos a sucessão processual, é correta a publicação com o nome das partes primitivas, sendo desnecessária a intimação de todos os advogados constante da procuração - A indicação de apenas um afasta a nulidade a que se refere o § 1º do artigo 236 do CPC. (Desprovimento) (TFR) AG 44.079-RJ, 27/04/84.

**Alegações Finais** - Não apresentação - Processo de competência do júri - A não apresentação das alegações finais nos processos de competência do Tribunal do Júri, embora regularmente intimados, não implica cerceamento de defesa, de modo a ensejar a nulidade da pronúncia, de vez que a omissão pode configurar-se numa tática defensiva. (Desprovimento) (STJ) RHC 2.339-SP, 16/11/92.

**Alienação Fiduciária** - Depositário infiel - No contrato de alienação fiduciária, o devedor fiduciante equipara-se à figura do depositário, de vez que, embora não proprietário, fica de posse do bem, tornando-se infiel se não paga o débito e não o devolve, sujeitando-se igualmente à prisão prevista no dispositivo constitucional - art. 5º, LXVII. (Desprovimento) (STJ) RHC 4.569-SP, 21/06/95.

**Apelação em Liberdade** - Exigibilidade de primariedade e bons antecedentes - Não basta, para que o réu condenado possa apelar em liberdade, a simples condição de primariedade, pois necessário se faz, a teor do art. 594 do CPP, que

possua, também, bons antecedentes - A ordem de recolhimento do réu é mera providência cautelar, calcada em circunstâncias presuntivas de que, se solto, possa furtar-se à execução da pena, caso confirmada a sentença pelo órgão superior de justiça. (Provimento) (STJ) RESP 6.520-PR, 17/12/90.

**Apreensão de Veículo - Restituição** - Os objetos, cuja apreensão esteja relacionada com o processo penal em tramitação, permanecem à disposição do juiz da causa, a quem compete decidir sobre a destinação a ser dada aos mesmos - A manutenção da apreensão no juízo penal, ao argumento de que o objeto poderá interessar à Fazenda Pública, constitui, além de evidente abuso, verdadeira intromissão em área alheia à sua competência, mormente quando nenhuma prova há nos autos sobre a existência de procedimento administrativo com vistas à pena de natureza fiscal. (Desprovimento) (TFR) ACR 6.113-SP, 30/04/85.

**Averbação de Tempo de Serviço** - Considerando que o tempo de serviço prestado pela autora encontra suporte em norma legal expressa, inclusive sendo reconhecido pela própria administração para fins de enquadramento em serviço público, não pode o mesmo ser rejeitado para efeitos de aposentadoria. (Desprovimento) (TFR) AC 78.574-RS, 11/02/83.

**Calúnia** - Inexistência do *animus defendendi* - Não age com *animus defendendi* aquele que, longe do calor dos debates forenses e com plena consciência, imputa ao seu oponente fato tido por ofensivo à sua honra - Exige-se, para a extinção da punibilidade do agente antes da sentença, em crime de calúnia ou difamação, que o mesmo se retrate de forma cabal, expressa e indubitosa. (Desprovimento) (STJ) RESP 15.971-MG, 04/11/92.

**Cerceamento de Defesa - Alegação** - Ausência de um dos defensores à oitiva de testemunhas de acusação - Prisão especial - Não implica cerceamento de defesa a ausência de um dos advogados à oitiva de testemunhas de acusação, se outro defensor constituído se faz presente à audiência - O efetivo exercício de funções de comando de aeronaves mercantes nacionais asseguram o benefício da prisão especial previsto no art. 295 do Código de Processo Penal, nos termos da Lei nº 3.988/61. (Provimento Parcial) (STJ) RHC 1.916-SP, 13/05/92.

**Certidão de Meirinho** - Presunção de veracidade - Intimação da sentença - Defensor dativo - Reveste-se de legalidade a citação por edital levada a efeito em face da certidão do Sr. Oficial de Justiça que, até prova em contrário, goza da presunção de veracidade, pois acobertada pela fé pública que advém do seu cargo - Em se tratando de réu revel e foragido, sem direito a apelar solto, basta a intimação da sentença condenatória por edital, dispensada a do defensor dativo, para o trânsito em julgado. (Desprovimento) (STJ) RHC 2.089-RJ, 05/10/92.

**Coisa Julgada** - Arguição - Denúncias com capitulação diversa - Improcedência - Não há falar-se em igualdade de feitos, propiciadores de exceção de coisa julgada, quando os bens jurídicos tutelados divergem, fundamentalmente, nas denúncias, que foram oferecidas com capitulações diversas, em tempo e lugares diferentes - Exceção de coisa julgada repetida. (Denegação) (STJ) HC 767-SP, 18/09/91.

**Competência** - Acidente de trânsito - Crime previsto no C.P.M. - A situação de policial militar, dirigindo viatura militar que, em missão de patrulhamento, provoca acidente com o veículo, vindo a causar ferimentos em seu companheiro, também militar, configura crime militar, a teor do art. 9º, II, a, do C.P.M., embora também esteja definido na lei penal comum, não se podendo confundi-lo com mero acidente de trânsito - Adequa-se o caso em lesão corporal de natureza culposa, causada por militar em outro militar, passível de julgamento pela Justiça Castrense - Conflito declarado procedente com a competência para julgamento do juízo suscitado. (Conhecimento) (STJ) CC 767-SP, 03/05/90.

**Competência** - Acidente de trânsito - Veículo militar - Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação penal instaurada em decorrência de acidente de trânsito envolvendo veículo militar, ainda que em serviço de sua corporação. (Conhecimento) (STJ) CC 61-RN, 03/08/89.

**Competência** - Contrabando - Delito consumado - Na figura do contrabando, a apreensão de mercadoria alienígena desacompanhada de documentação legal além da área aduaneira, já em território nacional, é o momento consumativo do crime, sendo desnecessário seu transporte ao local que era destinada ou mesmo sua comercialização - Declaração de competência do Juízo Federal de Foz do Iguaçu, o suscitante. (Conhecimento) (S3) (STJ) CC 4.500-PR, 17/06/93.

**Competência** - Crime continuado - Prevenção - Em se tratando de crime continuado praticado em território de duas ou mais jurisdições, a competência se firma pela prevenção, sendo assim competente o juiz que tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou queixa, *ex vi* do art. 83 do CPP. (Procedência) (TFR) CC 5.383-SC, 09/11/83.

**Competência** - Crime praticado contra empresa privada - Não ocasionando ofensa direta a bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas, compete à Justiça Comum julgar crime praticado por particulares contra empresa jurídica de direito privado. (Procedência) (TFR) CC 5.078-MS, 20/04/83.

**Competência** - Empresa pública - O Distrito Federal, assemelhado a Estado-membro, é uma pessoa jurídica de direito público interno, ativo e passivo de direitos e deveres e, como tal, não goza de foro privilegiado, cabendo à Justiça Comum processar e julgar as ações em que o mesmo figure como parte, assim

como suas autarquias e empresas públicas. (Procedência) (TFR) CC 5.163-DF, 09/11/83.

**Competência** - Estelionato - Cheque furtado - Modalidade - A aquisição de mercadorias com pagamento por cheque que fora furtado e emitido mediante falsificação de assinatura do titular da conta, configura o estelionato em seu tipo fundamental, e não na modalidade prevista no item VI do art. 171 do Código Penal, determinando-se a competência pelo lugar em que o agente obteve a vantagem ilícita. (Conhecimento) (STJ) CC 2.500-RS, 02/04/92.

**Competência** - Falsificação de documento - Furto e roubo de veículo - Separação dos processos - Quando se desconhecer a autoria de um ou mais crimes, capitulados, para que não haja delongas na elucidação e julgamento daquele que se conhece o autor, recomenda-se a aplicação do art. 80 do CPP, separando-se os processos e permitindo-se o julgamento pela regra do art. 70 do mesmo diploma legal, ou seja, competência pelo local da infração. (Conhecimento) (STJ) CC 103-SP, 06/06/89.

**Competência** - Inquérito policial - Apuração de eventual delito de concussão praticado por médico do INAMPS contra seus segurados - A possível prática do crime de concussão praticado por médicos do INAMPS contra os segurados do Instituto (exigência de pagamento por serviços médicos hospitalares) não se configura naqueles praticados contra bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas, o que não desloca para a Justiça Federal a competência para apreciar inquérito - Conflito conhecido e declarado competente para o feito o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, ora suscitado. (STJ) CC 2.643-SP, 25/06/92.

**Competência** - Tráfico internacional de menores - Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação penal instaurada em decorrência de prática de envio de menores para o exterior, por não haver o Brasil ratificado qualquer tratado ou convenção internacional a respeito - O interesse da União, *in casu*, é de caráter genérico, não sendo razão suficiente para fixar a competência da Justiça Federal - Competência do Juízo da 6ª Vara Criminal do Distrito Federal. (Conhecimento) (STJ) CC 247-DF, 03/08/89.

**Competência** - Uso e posse de documentos falsos - Determina-se a competência da Justiça Estadual para apreciar crime de uso de documentos falsos, se, ao identificar-se, o indiciado exibiu à autoridade documento estadual, qual seja, a Cédula de Identidade, restando prejudicado o fato de serem encontrados posteriormente, em seu poder, documentos falsificados da OAB-RJ e CIC, de emissão federal - Conflito que se julga procedente com a competência da Justiça Estadual. (Conhecimento) (STJ) CC 806-SP, 19/04/90.

**Concurso Material** - Abuso de autoridade e lesões corporais - Nova definição jurídica dos fatos - Nulidade inexistente - Descrevendo a denúncia fatos típicos penais, pode o juiz, em observância a estes, dar-lhes outra classificação jurídica,

na forma do que estabelece o art. 383 do CPP, sem que tal procedimento acarrete nulidade à sentença - Se o agente age com abuso de autoridade, e causa lesões corporais à vítima, é aplicável a regra do concurso material. (Desconhecimento) (STJ) RESP 12.614-MT, 24/06/92.

**Concurso Público** - Apresentação do diploma - Não sendo exigida no edital do concurso a apresentação do diploma para a inscrição, a prova de habilitação legal para o exercício profissional será obrigatória no momento em que o candidato for convocado para assumir o cargo. (Conhecimento) (TFR) REO 108.071-CE, 13/06/86.

**Concurso Público** - Professor universitário - Injustificável a insurgência do candidato com relação a alteração do edital, se este ocorreu anteriormente a sua inscrição no concurso - Também, o cômputo e a valoração de certo título, é matéria que escapa ao âmbito restrito do mandado de segurança. (Desprovimento) (TFR) AMS 90.549-PB, 10/04/84.

**Conselho de Classe** - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Registro - As empresas ou sociedades que não exercem atividades vinculadas ao exercício da profissão regulamentada ou que não tenham alguma seção ligada ao exercício profissional da engenharia, estão isenta de registro obrigatório no CREA. (Desprovimento) (TFR) AMS 96.751-PR, 04/05/84.

**Conselho Regional de Contabilidade** - Conselho de Classe - Negativa da inscrição - A obrigatoriedade da habilitação na forma da lei dos profissionais responsáveis pela parte técnico-contábil das sociedades destinadas à prestação de serviços, não se estende aos demais sócios integrantes da firma. (Desprovimento) (TFR) AMS 94.695-PR, 06/04/84.

**Consignação em Pagamento** - Responsabilidade - Ao depositário, compete as obrigações do artigo 1.266 do Código Civil - Qualquer violação àquele dever, decorrente de culpa ou dolo, induz responsabilidade civil do depositário, ficando ele obrigado a reparar o dano causado ao depositante - Outrossim, a avaliação para efeito de empréstimo notoriamente inferior ao valor real das coisas, não impõe ao mutuário a aceitação desse valor para efeito de indenização. (Desprovimento) (TFR) AC 77.046-RJ, 14/02/84.

**Contrato** - Erradicação de cafezais - Inadimplência - Não comprovada - Inexistindo provas quanto ao descumprimento do contrato para a erradicação de cafezais e tampouco não demonstrada a fraude utilizada para o recebimento de quantia dada como indevida, descabe a devolução da parte da importância supostamente paga a maior. (Desprovimento) (TFR) AC 66.085-RJ, 16/12/83.

**Crime Continuado** - Caracterização - Para a caracterização do crime continuado não basta a simples repetição dos fatos delituosos num breve espaço de tempo, pois a atual teoria penal, corroborada pela jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores, preconiza a exigência de unidade de desígnios, em que os atos criminosos estejam entrelaçados, ou melhor, necessário se torna levar em conta

tanto os elementos objetivos como os subjetivos do agente - Continuidade delitiva não reconhecida - Restabelecimento da sentença de 1º grau. (Provimento) (STJ) RESP 39.883-SP, 15/12/93.

**Crime contra a Honra** - Ação penal pública condicionada ou ação privada - Havendo as ofensas sido dirigidas à pessoa do querelante, sem qualquer vinculação à condição de funcionário público, nem ao exercício do cargo, desnecessária a prévia representação junto ao Ministério Público para a propositura da ação penal - Não constitui o *habeas corpus* medida apropriada para apreciar aspectos que demandem exame acurado do elenco probatório. (Desprovimento) (STJ) RHC 3.563-SP, 15/06/94.

**Crime de Desacato** - Embriaguez voluntária - É indispensável ao reconhecimento do desacato, a existência de dolo específico, ou seja, a vontade livre e consciente de praticar ação ou proferir expressão injuriosa, com o propósito de ofender ou desrespeitar o funcionário no exercício de suas funções ou em razão das mesmas - Mera alegação de inconsciência etílica, não comprovada, não basta para descaracterizar o ilícito e nem se presta para elidir a responsabilidade penal do agente - Entretanto, verificada a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, declara-se extinta a punibilidade. (Provimento parcial) (TFR) ACR 5.991-CE, 05/03/85.

**Crime de Falsum** - Pagamento do débito fiscal - Pretensão trancamento da ação penal - Conflito aparente de normas - Inexistência - O pagamento de débito fiscal não impede o prosseguimento da ação penal, se o agente está sendo denunciado por crime de falsidade de documento e seu uso em processo fiscal, visando sua extinção, que, *in casu*, não se configuram como crimes-fins do pretense crime-meio, que é a sonegação fiscal - Impossibilidade do trancamento da ação penal, posto não tratar-se de concurso aparente de normas, mas, sim, de crimes autônomos, que dependem de apuração durante a instrução criminal. (Desprovimento) (STJ) RHC 4.675-SP, 30/08/95.

**Crime de Sonegação Fiscal** - Instauração de ação penal antes de concluído procedimento administrativo-fiscal - Alegação de inépcia da denúncia - Prisão preventiva - Pretendida revogação - Réu revel - Em se tratando de delito de sonegação fiscal, a instauração da ação penal independe do procedimento administrativo de apuração de débitos tributários, até porque são diversos os fundamentos deste e daquele - O não atendimento aos chamados da justiça, desaparecendo do local dos fatos para evitar seja encontrado, com os riscos consecutórios de impedir a realização do julgamento, obstruindo a instrução criminal e comprometendo eventual aplicação da norma regressiva, são motivos mais do que suficientes para manutenção do decreto de prisão preventiva. (Denegação) (STJ) HC 2.357-RS, 07/02/94.

**Delegado de Polícia** - Crime de desobediência - Atipicidade - *Emendatio libelli* - Impossibilidade - Impossível Delegado de Polícia cometer crime de desobediência - art. 330, do CPP - que somente ocorre quando praticado por particular contra a

Administração Pública - Para que ocorra a possibilidade de *emendatio libelli*, necessário que o fato esteja claro e precisamente descrito na denúncia, o que não acontece *in casu* - Recurso provido para determinar o trancamento da ação penal por inépcia da denúncia, sem prejuízo de novo oferecimento com observância do art. 41, do CPP. (Provimento) (STJ) RHC 4.546-SP, 17/05/95.

**Denúncia** - Incidibilidade da ação penal - Sentença - Capitulação diversa da denúncia - Permissibilidade - Nos termos do art. 383, do CPP, é permitido ao juiz dar ao fato delituoso definição jurídica diversa daquela capitulada na denúncia, desde que esta tenha passado, ao juiz os fatos como aconteceram, posto que ao magistrado cabe a aplicação do direito independentemente da definição jurídica primeira - A indisponibilidade da ação penal pelo Ministério Público não significa que não possa excluir, da denúncia, um dos co-autores quando devidamente justificado. (Provimento) (STJ) RESP 37.123-RJ, 06/10/93.

**Denúncia** - Inépcia não configurada - Crime de uso de documento falso - Desclassificação para estelionato - Dissídio jurisprudencial não comprovado - O crime de autoria coletiva não obriga a denúncia a pormenorizar o envolvimento de cada réu, bastando a narrativa genérica do delito, sem que tolha, evidentemente, o exercício da defesa - Simples corrigenda, *emendatio libelli*, feita pelo julgador, dando ao fato definição jurídica diversa ao constante na denúncia, não obriga manifestação da defesa - Divergência jurisprudencial não comprovada, à míngua de circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. (Desconhecimento) (STJ) RESP 4.615-RJ, 08/05/91.

**Denúncia e Sentença** - Correlação - Alegada violação dos arts. 384 e 514 do CPP - Inocorrência - Funcionário Público - Notificação prévia - Inexigibilidade - Não há violação ao art. 384 do CPP quando a sentença analisa corretamente a prova produzida, em perfeita consonância com a conduta descrita na denúncia, dando-lhe a correta definição jurídico-penal - Mesmo sendo o réu funcionário público, não se exige a notificação prévia contida no art. 514 do CPP, quando a denúncia se estriba em inquérito policial; somente é obrigatória quando a peça vestibular vier instruída com documentos ou justificação a que se refere o art. 513 do CPP. (Desprovimento) (STJ) RHC 4.384-SP, 26/04/95.

**Descaminho** - Furto de veículos e sua condução para o exterior - Não configura o crime definido no artigo 334 do Código Penal, a simples tentativa de introdução em território estrangeiro de veículo furtado, desde que sobre sua saída não incida qualquer ônus tributário - Sentença reformada para absolver os réus, nos termos do artigo 336, III, do CPP. (Provimento) (TFR) ACR 5.399-PR, 28/08/84.

**Despedida Injusta** - Simples acusação da prática de ato de improbidade no exercício do serviço, não basta para caracterizar a dispensa do servidor, por justa causa - Esta, por se tratar de pena capital, a mais grave das faltas capituladas no art. 482 da CLT, deve restar robusta e indubiosamente comprovada. (Desprovimento) (TFR) RO 6.186-BA, 12/08/86.

**Desvio de Função** - Evidenciado o desvio de função, tem o servidor direito à diferença salarial entre o que corresponde ao seu emprego e o daquele cujas funções exerce. (Desprovidimento) (TFR) RO 7.506-RJ, 28/06/85.

**Diárias Habituais** - As diárias superiores a 50% do salário integram a este, para todos os efeitos legais, caracterizada a habitualidade na percepção por mais de dois anos. (Desprovidimento) (TFR) RO 6.168-PR, 26/05/87.

**Direito à Certidão** - É defeso à autoridade administrativa, sob qualquer pretexto e em desobediência ao disposto no artigo 153, § 35, da Constituição Federal, recusar a expedição de certidões requeridas, para defesa de direito e esclarecimento de situações. (Provimento) (TFR) REO 89.857-RJ, 21/02/84.

**Ensino Superior** - O Ato Executivo 46/80 da Universidade Santa Úrsula, que prorrogou o período para matrícula a todos aqueles que não o fizeram nas datas estabelecidas no calendário escolar, é de caráter geral e abrangente, impondo-se, assim, a inscrição de qualquer aluno, indistintamente, se requerida dentro do novo prazo. (Desprovidimento) (TFR) REO 99.028-RJ, 18/03/86.

**Ensino Superior** - O preceito contido no art. 158 da Lei 1.711/52, é extensivo a todos os servidores, inclusive os estaduais, desde que necessária se torne a mudança de domicílio para articular seus estudos, de onde estava matriculado para o novo local de trabalho - O princípio da igualdade consagrado na Constituição Federal (art. 153, § 1º) não permite que se trate servidores de uma determinada entidade política, com desigualdade em relação a outros. (Desprovidimento) (TFR) AMS 110.369-SC, 09/05/86.

**Estupro** - Não existindo nos autos provas convincentes de que a vítima fora representada por qualquer parente seu; de que seus pais não podem prover as despesas do processo, a ação penal por crime de estupro não pode ter início por representação do Ministério Público, sob pena de ofensa ao art. 225, § 1º, do CP - Dissenso jurisprudencial devidamente demonstrado. (Provimento) (STJ) RESP 46.933-MT, 21/06/95.

**Ex-Combatente** - Cumulação de benefício - Lei 4.242/63 - A concessão da pensão especial prevista na supracitada lei não exclui o direito de o ex-combatente segurado da Previdência Social perceber o benefício da aposentadoria especial obtida anteriormente - Os pressupostos de ambos os benefícios são distintos, enquanto que no previdenciário há contraprestação pelas contribuições pagas pelo segurado; no especial, é um favor concedido pela União ao ex-combatente inválido, independente de qualquer contribuição. (Desprovidimento) (TFR) AMS 90.146-SC, 03/08/82.

**Ex-Combatente** - Os benefícios da Lei 4.297/63, só são devidos ao segurado ex-combatente que tenha servido, como convocado ou não, no teatro de operações da Itália, no período de 1944/1945, ou então que tenha integrado a FAB, a Marinha de Guerra ou a Marinha Mercante, nelas participando ativamente do comboio e patrulhamentos - A simples condição de tripulante em viagens a zonas

sujeitas a ataques submarinos não autoriza a concessão do benefício. (Desprovisamento) (TFR) AC 109.429-SP, 26/05/86.

**Execução de Sentença** - Correção monetária - A atualização do débito, oriundo de decisão judicial há que ser plena e total, para que não haja perda do poder aquisitivo do vencedor, ante a desvalorização da moeda - Entretanto, ocorrendo um período razoável entre a data do cálculo e a do seu pagamento, ou que, embora sobrevindo um prazo mais dilatado, este não se deu por culpa do executado, é incabível a complementação. (Desprovisamento) (TFR) AGPT 8.224-RJ, 22/04/86.

**Execução de Sentença** - Ex-procurador - Honorários advocatícios - Inobstante o advogado não ser mais procurador do exequente, pode fazer uso de ação autônoma para pleitear seus honorários, porém, a lei lhe faculta o direito de requerer o pagamento nos próprios autos em que funcionou, de conformidade com o estatuído no § 1º do art. 99 da Lei 4.215/63. (Provisamento) (TFR) AG 41.044-RJ, 26/05/87.

**Falência** - Interdição ao exercício do comércio - A interdição ao exercício do comércio subsiste como efeito da sentença, inalcançada que ficou a norma dos arts. 195, 196 e 197 da Lei de Falências pela nova conceituação dada pela reforma penal de 84 - Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. (Provisamento) (STJ) RESP 2.632-SP, 17/09/90.

**Falsidade Ideológica** - Crime formal - Alegação de inocorrência de prejuízo - Trancamento de ação penal - Crime em tese - Tratando-se, do delito previsto no art. 299 do Código Penal, de crime formal, não exige a ocorrência de dano para sua caracterização, sendo suficiente que a conduta se apresente capaz de produzir prejuízo a terceiro - O bem jurídico protegido na falsidade ideológica é a fé pública e não o patrimônio. (Desprovisamento) (STJ) RHC 643-SP, 27/06/90.

**Falso Testemunho** - Momento do início da ação penal - O momento em que se pode iniciar a ação penal com o oferecimento da denúncia, nos crimes de falso testemunho, art. 342, § 1º, do CP, é após a sentença final, não se exigindo, por outro lado, o trânsito em julgado da mesma - Interpretação conjunta dos arts. 342, § 3º, do CP, e 211 do CPP. (Desprovisamento) (STJ) RESP 17.716-SP, 28/04/93.

**Flagrante Impróprio** - Prisão - Atentado violento ao pudor - Em se tratando de quase-flagrante ou flagrante impróprio relativo a fato contra menor, o tempo a ser considerado medeia entre a ciência do fato pelo seu representante e as providências legais que este venha a adotar para a perseguição do paciente - Havendo perseguição ao ofensor por policiais, logo após terem sido informados do fato pela mãe da vítima, caracterizado está o estado de quase-flagrância, pouco importando se a prisão ocorreu somente quatro horas após - Fato comprovado que dá subsistência ao auto de prisão em flagrante. (Denegação) (STJ) HC 3.496-DF, 21/06/95.

**Flagrante Preparado ou Provocado** - Pretendida Nulidade - Crime permanente - preso na posse de cocaína, não há falar em nulidade do flagrante, sob alegação de haver sido preparado ou provocado - O crime de tráfico, dado seu caráter permanente, consuma-se com a só guarda e transporte da substância entorpecente, autorizador, por si só, da entrada dos policiais na residência do réu, quando em cumprimento de mandado de busca e apreensão (Desprovinimento) (STJ) RHC 6.704-SP, 09/09/97.

**Funcionário Público** - A gratificação de produtividade de que trata a Decreto-Lei 1.709/79, é vantagem que deverá ser paga, necessariamente, àqueles que esse diploma contempla - A baixa produtividade ou ineficiência no trabalho desempenhado, não justifica, por si só, o não pagamento da vantagem, devendo ser levado em consideração, apenas a fixação do respectivo percentual. (Provinimento) (TFR) REO 93.705-PA, 17/04/84.

**Funcionário Público** - O tempo de serviço prestado reciprocamente a dois órgãos públicos na vigência da Constituição de 46 que vedava a acumulação, e com anuência da Administração, uma vez que não foi processada a desacumulação, deve ser computado e averbado para os efeitos previstos em lei. (Desprovinimento) (TFR) AMS 94.691-MG, 06/04/84.

**Funcionário Público** - Readaptação - Não tendo optado para concorrer à ascensão funcional como integrante da clientela secundária ou geral, na época oportuna, por não possuir qualificação necessária, não pode o funcionário que, somente com a obtenção da aposentadoria voluntária, atingiu nível funcional exigido para poder optar, pretender sua readaptação à carreira diversa daquela a que pertencia quando em atividade, ainda mais que não satisfizes outras condições exigidas. (Desprovinimento) (TFR) AC 58.001-MG, 09/06/81.

**Funcionário Público** - Remuneração - Limite - Universidade - Regime especial - Sendo a Universidade conceituada como entidade autárquica em regime especial, o servidor ocupante de cargo de direção tem direito a optar por perceber, a título de honorários, a maior remuneração e vantagens pagas a empregados dessa mesma entidade, acrescida de vinte por cento da remuneração do cargo para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado, na forma do art. 3º, Decreto-Lei 1.971/82. (Conhecimento) (TFR) REO 106.442-SP, 14/03/86.

**Habeas Corpus** - Apreciação individual pelo Presidente do Tribunal de Justiça - Não impede o exame de pedido de *habeas corpus* pelas Câmaras Criminais dos Tribunais Estaduais, o fato de o Des. Presidente do Colegiado, extrapolando os limites do art. 68 da LOMAN, apreciar e decidir, individualmente e em caráter terminativo, anterior *Writ* impetrado durante o recesso forense - Recurso parcialmente provido, em ordem a que a Câmara *a quo* decida o pedido pelo seu mérito. (STJ) RHC 416-SC, 19/03/90.

**Habeas Corpus** - Competência - Apelação já decidida pelo Tribunal de Alçada competência originária do STF para julgamento do HC - Havendo o Tribunal de

Alçada lançado decisão sobre apelação ali interposta, fica este sendo a autoridade coatora, e não mais o Juízo de Primeiro Grau - A interposição de ordem de *habeas corpus* perante este egrégio Superior Tribunal de Justiça da decisão do Tribunal de Alçada que não conheceu de pedido idêntico, fere o art. 102, I, *i*, da Constituição Federal, que determina como competente a egrégia Suprema Corte para julgamento dos HC's não substitutivos de recurso próprio, quando o paciente for Tribunal. (Desconhecimento) (STJ) HC 3.564-SP, 21/06/95.

**Habeas Corpus** - Competência - Tribunal do Júri - Homicídio cometido por militar que, não estando a serviço, à paisana e com arma da qual não se pode precisar a origem, não configura crime militar - O fato de ser militar não tem o condão, por si só, de colocá-lo sob a jurisdição castrense - Competência do Tribunal do Júri. (Desprovimento) (STJ) RHC 39-MT, 28/06/89.

**Habeas Corpus** - Competência originária de Tribunal de Apelação - Indeferimento da inicial - Nos *habeas corpus* de competência originária de Tribunal de Apelação, não cabe o indeferimento liminar da inicial por decisão isolada do relator frente ao comando estatuído no art. 663, CPP, que determina que, neste caso, o pedido deverá ser submetido à apreciação do Tribunal, Câmara ou Turma, para que delibere a respeito. (Concessão) (STJ) HC 3.250-SP, 24/05/95.

**Habeas Corpus** - Definição - O *habeas corpus* é remédio processual simples e rápido apropriado para fazer cessar toda e qualquer ameaça ou positivo constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, garantindo o direito de ir, vir e ficar - Não envolvendo o ato impugnado respeito à liberdade individual, incabível a impetração da medida. (Desconhecimento) (STJ) HC 1.970-PA, 29/09/93.

**Habeas Corpus** - Delegado de partido político - Crime previsto no Código Penal - Arguição de inépcia da inicial, incompetência da Justiça Comum e foro privilegiado inexistente - Invasão de domicílio e ofensa à integridade corporal de outrem, são delitos tipicamente penais, não havendo como se fixar a competência da Justiça Eleitoral pelo fato de terem sido praticados por Delegado de Partido Político em dia de eleições - Não é inepta a denúncia que, embora sucinta, contém *quantum satis*, elementos propiciadores à ampla defesa e a um juízo de valor - Inexiste preceito constitucional e norma do estatuto da OAB que conceda foro privilegiado a advogado. (Desprovimento) (STJ) RHC 232-SC, 18/09/89.

**Habeas Corpus** - Denegação - Decisão solitária do Presidente da Corte de Justiça - Legalidade - Inexiste a alegada ilicitude por haver o Presidente da Corte de Justiça alagoana, em decisão isolada, denegado ordem de *habeas corpus* ali intentada, visto que tal atitude foi determinada pela egrégia Suprema Corte, outorgando-lhe competência para medidas de caráter urgente, em virtude de paralisação dos trabalhos do Poder Judiciário Estadual, em ambas as instâncias. (Denegação) (STJ) HC 4.602-AL, 21/05/96.

**Habeas Corpus** - Exceção de incompetência - Improcedência - O ressarcimento dos prejuízos causados à CEF não tem o condão de, por si só, descaracterizar a competência da Justiça Federal, visto que, inegável a ocorrência de graves lesões a seus serviços e interesses, comprometendo a boa imagem da empresa, com reflexos negativos mais intensos do que o próprio dano material. (Denegação) (TFR) HC 5.720-DF, 14/02/84.

**Habeas Corpus** - Peculato - Incompetência - Nulidade processual - Inexistência - Tratando-se de crime de peculato por desvio de verbas de prefeitura municipal caracterizado por emissão de cheque para pagamento de mercadorias ficticiamente compradas, competente para o feito é o juiz do local onde se operou o efetivo desconto, ou seja, onde se encontra a agência do cheque sacado e não do local da operação mercantil. (Indeferimento) (STJ) HC 65-RS, 20/09/89.

**Habeas Corpus** - Regime de cumprimento de pena - O âmbito restrito do *habeas corpus* não se presta para atender pedido de modificação do regime inicial do cumprimento da pena, pois, depende de prova complexa a ser apreciada no juízo das execuções que, conforme critérios determinados pelo art. 59 do Código Penal, e atendidos os fatores personalíssimos do réu, melhor fará a valoração, ainda mais que pendente a sentença de recurso de apelação quando, aí sim, se apreciará o caso concreto. (Desprovimento) (STJ) HC 176-RJ, 20/09/89.

**Honorários de Perito** - Fixação - O arbitramento dos honorários do perito está sujeito a critérios de valoração perfeitamente delineados na lei processual e sua fixação é ato privativo do magistrado, consoante apreciação eqüitativa dos elementos de que dispõe, a fim de evitar o aviltamento do trabalho profissional. (Desprovimento) (TFR) AG 43.666-RJ, 08/05/84.

**Identidade Física do Juiz** - O juiz, titular ou substituto, que presidiu a audiência, ainda que na mesma não se tenha feito coleta de prova, mas que entretanto, se tenham realizados os debates, fica vinculado ao feito, face ao princípio da identidade física. (Procedência) (TFR) CC 6.550-DF, 15/05/85.

**Identificação Criminal** - Tomada fotográfica - Justa causa - A fotografia tem cabimento, como elemento útil e recomendável à identificação do indiciado, e sua determinação não constitui constrangimento ilegal, ainda que já tenha sido civilmente identificado o indiciado, ante o entendimento jurisprudencial consagrado e consubstanciado da Súmula 568 do STF. (Concessão) (TFR) RHC 5.278-RJ, 06/04/82.

**Identificação Fotográfica** - A Constituição de 1988, no seu art. 5º, inciso LVIII, veda a identificação criminal do civilmente identificado, salvo nas hipóteses previstas em lei, assim entendida, também, a fotográfica, à ausência de comando legal que a autorize. (Desprovimento) (STJ) RHC 16.994-DF, 13/05/92.

**Imóvel Funcional** - Administração pelas Forças Armadas - Servidor civil - Os imóveis funcionais administrados pelas Forças Armadas, ocupados regularmente

por servidores civis, estão incluídos na autorização de venda prevista na Lei 8.025/90, art. 1º, *caput*. (Concessão) (STJ) MS 2.627-DF, 17/06/93.

**Incapaz** - O decreto de interdição de um incapaz visa a proteger seus próprios interesses e a suspensão do feito até que se processe a interdição resultaria em prejuízo a esses interesses, alongando ainda mais a obtenção dos direitos do interditando - Agravo provido para que seja nomeado curador especial ao interditando. (Provimento) (TFR) AG 43.250-RJ, 13/04/84.

**Inépcia da Denúncia** - Trancamento da ação penal - Crime societário - Inepta é a denúncia que não expõe o fato tido como criminoso em todas as suas circunstâncias, apresentando-o de forma sumária e em caráter genérico, em desacordo com o art. 41 do CPP - Inadmissível a inclusão do nome do paciente na peça acusatória, apenas por ser sócio acionista da empresa - Em se tratando de autoria coletiva, é indispensável que descreva, ainda que resumidamente, a conduta delituosa de cada participante, de modo a possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa - Todavia, a referida atenuação ao rigorismo do art. 41 do CPP não significa que a peça inicial acusatória instauradora da ação penal fique dispensada de demonstrar a existência de nexo de causalidade entre o resultado danoso e a participação dos agentes na prática do ato ou da omissão, ou de qualquer elemento indiciário de culpabilidade. (Concessão) (STJ) HC 4.805-MA, 10/09/96.

**Inquérito Policial** - Representação de prefeito contra vereador - Trancamento da ação - É assegurada aos vereadores a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, isentando-o da incidência da norma incriminadora, desde que proferidos dentro da circunscrição do município e no exercício do mandato - Aplicabilidade do art. 29, VI, da Constituição Federal. (Provimento) (STJ) RHC 1.273-SP, 14/08/91.

**Inquérito Policial** - Trancamento - Alegação de ordem ilegal - A requisição de informações pelo MP, nos procedimentos administrativos de sua competência, aos Delegados de Polícia está compreendida no exercício do controle externo da atividade policial, definido nos arts. 7º, II; 9º, II, e 38 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 - O não cumprimento das diligências solicitadas, acarretando instauração de inquérito policial, é procedimento absolutamente legal que não deve ser trancado sob a alegação de falta de justa causa. (Desprovimento) (STJ) RHC 3.457-SP, 18/04/94.

**Júri** - Quesito de defesa não requerido - Não formulação - Nulidade inexistente - Quesito sobre a menor participação do réu no crime, objetivando a diminuição da pena com base no § 1º do art. 29, do Código Penal, deve ser requerido pela defesa, a teor do inciso IV do art. 484 do CPP, mormente quando esta se fundamenta na negativa da autoria. Não o requerendo, não pode alegar nulidade do julgamento pelo júri, eis que o juiz não está obrigado a fazê-lo *ex-officio*. (Desprovimento) (STJ) RESP 64-SC, 18/09/89.

**Lei de Tóxicos** - Decisão não fundamentada - Apelo em liberdade - As decisões calcadas em condenação por tráfico de drogas, sejam ou não concessivas da liberdade para o exercício do apelo, devem ser fundamentadas - *In casu*, não apresentando a sentença tal fundamentação, é de conceder-se ao réu o benefício do direito de, em liberdade, poder dela apelar, mormente, quando reconhecido, pelo sentenciante, seus bons antecedentes, sua primariedade, e mais considerando a circunstância de haver comparecido a todos os atos processuais quando em liberdade, e nesta condição se encontrava na ocasião do julgamento. (Concessão) (STJ) HC 3.193-MG, 22/03/95.

**Licitação Pública** - Publicado o edital não pode o mesmo ser modificado, sob pena de ser cancelada a concorrência e se estabelecer novas normas através de outro edital - Por outro lado, normas posteriores à publicação do edital, não podem alterar as regras no mesmo estabelecidas, se estas observaram a legislação vigente na época. (Desprovimento) (TFR) AMS 87.260-DF, 27/08/85.

**Magistério** - Professor aposentado - Revisão de proventos - Majoração da carga horária - As disposições da Lei 5.848/80, ampliando a carga horária máxima semanal com o conseqüente aumento de remuneração dos membros do magistério estadual, não abrangem os professores aposentados, porquanto este direito só é outorgável aos servidores em atividade, quando e se houver disponibilidade do estabelecimento escolar e interesse da Administração. (Desprovimento) (STJ) RMS 7.531-SC, 19/11/96.

**Magistrado** - Promoção por merecimento - Pressupostos - A promoção de magistrado na entrância, pelo critério do merecimento, deve obedecer aos requisitos da alínea b, inciso II, do art. 93 da Constituição Federal, que apenas habilitam o magistrado a concorrer à vaga existente (alínea c), cuja promoção só se torna obrigatória se o nome do juiz figurar por 3 vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, *ex vi* da alínea a, do comando constitucional. (Desprovimento) (STJ) RMS 4.172-MT, 03/06/97.

**Mandado de Segurança** - A liminar em medida cautelar inominada só pode ser concedida se dos fatos submetidos à apreciação do juiz emergirem indubitavelmente os pressupostos necessários à providência jurisdicional, entre os quais ressaltam a aparência de direito, o perigo da mora e o receio de lesão grave e de difícil reparação - Ausentes estes requisitos, correto se apresenta o indeferimento da medida liminar. (Indeferimento) (TFR) MS 107.941-DF, 11/09/85.

**Mandado de Segurança** - A medida liminar é apenas de efeito provisório, só prevalecendo até a sentença - Denegada a segurança, automática-mente cessa a eficácia da liminar concedida, não podendo esta ser restabelecida pela só interposição do recurso cabível. (Desprovimento) (TFR) AG 40.575-SP, 24/04/84.

**Mandado de Segurança** - Ato disciplinar - Não demonstrado que o ato disciplinar punitivo fora praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de

formalidade essencial à apuração da infração, descabe a concessão da segurança. (Indeferimento) (TFR) MS 100.805-DF, 06/12/84.

**Mandado de Segurança** - Competência - Ato judicial típico - A competência originária do STJ, na forma do estabelecido no art. 105, I, b, da Constituição Federal, para julgamento originário de mandado de segurança, está limitada à impugnação de atos de ministro de estado e do próprio Tribunal, falecendo-lhe jurisdição, senão em recurso ordinário de decisão denegatória, quanto aos atos de tribunal estadual - Visando os impetrantes à cassação de decisão proferida em conflito de competência, o cabimento do *mandamus* está condicionado à demonstração de ilegalidade flagrante, dano irreparável e interposição de recurso apropriado, sem o que se impõe a extinção do processo sem julgamento do mérito. (Desprovimento) (STJ) RMS 40-SP, 12/09/90.

**Mandado de Segurança** - O estabelecimento de ensino particular para credenciar-se junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação e Cultura, dentre outros requisitos, exige-se a aceitação do valor da aquisição de vagas (bolsa de estudo) como gratuidade total aos alunos, não podendo cobrar, a título de anuidade ou complementação, qualquer outra quantia, sob pena de sofrer as sanções cabíveis e ficar impedido de participar do sistema - Comprovadas, mediante procedimento administrativo, as irregularidades na aplicação dos recursos referentes ao salário-educação, impõe-se a aplicação da competente medida corretiva. (Desprovimento) (TFR) AMS 100.217-DF, 11/04/86.

**Militar** - Auxílio invalidez - Lei 5.787/72 - Não preenchendo o militar nenhum dos requisitos que trata a supracitada lei, não faz jus ao benefício pleiteado - Auxílio invalidez - Controle médico ou ambulatorial e periódico, não se pode confundir com cuidados permanentes de enfermagem ou de hospitalização, onde o controle do paciente deve ser feito ininterruptamente. (Desprovimento) (TFR) AC 57.311-RJ, 17/08/82.

**Militar** - Licenciamento antecipado - Reforma - Moléstia incapacitante - Autor convocado para o serviço militar foi considerado apto e, após o desligamento antecipado das fileiras, comprovou-se a incidência de moléstia incapacitante - Laudo da União, dando pela necessidade de cuidados especiais e permanentes, não observado - Procedência da sentença que reformou o autor como soldado, com proventos de terceiro sargento. (Desprovimento) (TFR) AC 46.646-RJ, 29/05/80.

**Militar** - Quadro do Magistério - Duas promoções na inatividade - Impossibilidade - Lei 4.902/65 - Os militares que contam mais de trinta e cinco anos de efetivo serviço, terão seus proventos calculados sobre o soldo correspondente ao posto imediato, com exceção aos oficiais do Quadro do Magistério Militar, como preceitua o parágrafo 2º da supracitada lei. (Desprovimento) (TFR) AC 30.531-RJ, 17/08/82.

**Nova Perícia** - Determinação de nova perícia em objeto de crime apreendido - Legalidade do ato - Se subsiste a apreensão regular de veículo em inquérito não findo, instaurado para afirmar crime de receptação, a determinação para que fique retido até a conclusão do mesmo e seja submetido a novas perícias não constitui constrangimento ilegal, pois trata-se de mera discricionariedade do juízo - O depósito do mesmo em mão do representante legal do proprietário não lhe faculta removê-lo a outra comarca para liberá-lo, via outro inquérito. (Desprovimento) (STJ) RMS 1.156-PR, 27/11/91.

**Oposição** - Manutenção de posse - As ilhas fluviais situadas em rios públicos navegáveis que banhem mais de um estado não se incluem entre os bens da União, desde que não localizadas em zonas limítrofes com outros países. (Desprovimento) (TFR) AC 81.686-MG, 14/08/84.

**Pátrio Poder** - Detenção e permissão legal - Alegação de seqüestro de filhos por pai - Não caracterização - Não comprovada a ciência de revogação de liminar que concedeu a pai, que detém o pátrio poder, o direito à guarda de filhos sem restrição a qualquer locomoção, inexistente falar-se em seqüestro pela ausência prolongada, ante a permissibilidade dada anteriormente - O elemento subjetivo do seqüestro é a vontade dolosa de privar-se a liberdade alheia, o que não se caracteriza no presente caso, ante a inexistência do *animus* do agente em desobedecer ordem judicial da qual não tomou conhecimento. (Provimento) (STJ) RESP 14.802-RS, 03/06/92.

**Pena** - Impossibilidade de majoração - Qualificadoras de motivo fútil e da surpresa reconhecidas no acórdão - Reforma do *decisum* - Se a condenação foi por homicídio simples, e não qualificado, ficando assim expressamente definida na sentença de pronúncia, não pode o egrégio Tribunal *a quo*, atendendo apelo do MP, a quem competia ater-se aos seus termos, modificá-la e ampliá-la para majorar a pena, ao reconhecer qualificadora que ali não ficara expressa - Mesmo sendo frágil ou insuficiente a prova dos autos e nela tenha se escudado a sentença condenatória, basta para que se a tenha por válida - Para ser tida por contrária à evidência, tem que estar arimada em nenhum dado probatório, o que não é o caso - Restauração da sentença monocrática, que não reconheceu circunstâncias agravantes, expressamente definidas na Lei Penal. (Provimento Parcial) (STJ) RESP 40.931-RJ, 19/11/96.

**Pena Exclusivamente Pecuniária** - Ocorre a prescrição, quer da pretensão punitiva, quer da pretensão executória, ultrapassado o período dos dois anos, *ex vi* do disposto no art. 114 do CP - Sendo comum as duas formas de prescrição, é de se aplicar a que seja mais favorável ao réu, a pretensão punitiva que, por sua vez, impede a apreciação do mérito da imputação - Apelo parcialmente provido para declarar extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. (Provimento parcial) (TFR) ACR 5.940-SP, 26/02/85.

**Pensão** - Esposa e Companheira - Comprovada a vida *more uxorio* entre a autora e o *de cujus* e sua dependência econômica a este, cabe-lhe perceber a pensão

previdenciária deixada pelo seu falecido companheiro, mesmo que dispute com a esposa legítima, mormente quando esta não depende de seu marido. (Provimento parcial) (TFR) AC 50.189-RS, 07/08/81.

**Pensão - FUNRURAL** - A pensão rural tem caráter eminentemente social e até mesmo caritativo, e só é devida àqueles, dependentes de rural, que não dispõem de meios de manter sua subsistência (Desprovimento) (TFR) AC 88.864-SP, 23/03/84.

**Prescrição** - Impossibilidade de decretação no despacho admissível de Recurso Especial - Decretação de ofício - Impossível a decretação da prescrição no despacho que admite Recurso Especial, eis que, com a publicação do acórdão do julgamento da apelação, esgota-se a jurisdição do Tribunal *a quo* - No entanto, ocorrendo a prescrição superveniente da pretensão punitiva do Estado, é dever deste egrégio Superior Tribunal de Justiça declará-la de ofício - Ordem concedida *ex-officio*, para tal fim. (Concessão) (STJ) HC 4.453-MG, 07/05/96.

**Previdência Social** - Aposentadoria - Revisão de proventos - É de se computar para fins de cálculo do valor da aposentadoria por tempo de serviço, as parcelas referentes a repouso semanal e diferenças de comissões eis que comprovado serem tais aumentos decorrentes de sentença transitada em julgado - A prescrição contida no art. 7º da Lei 3.309/75 não atinge o segurado - Incidência de correção monetária. (Desprovimento) (TFR) AC 75.911-RS, 28/05/82.

**Previdência Social** - Aposentadoria especial - Revisão de proventos - Auxílio-doença acidentário mensal - O segurado aposentado que efetivou obrigatoriamente o recolhimento das contribuições devidas, na forma da lei, faz jus à revisão de seus proventos para que neles sejam incluídos os valores relativos ao período em que esteve em gozo de auxílio-doença acidentário - Prescreve em 5 anos os benefícios de pagamento único e as mensalidades, não o direito à pensão, expressamente ressalvado. (Desprovimento) (TFR) AC 70.439-RS, 11/05/82.

**Previdência Social** - Aposentadoria por invalidez - Auxílio-doença - Revisão de proventos - O segurado aposentado que efetuou obrigatoriamente o recolhimento das contribuições devidas, na forma da lei, faz jus a revisão de seus proventos para que neles sejam incluídos os valores relativos ao período em que esteve em gozo de auxílio-doença. (Desprovimento) (TFR) AC 81.141-SP, 15/03/83.

**Previdência Social** - Aposentadoria por invalidez - Cancelamento - Desde que atingidos os pressupostos, quais sejam, a ocorrência de cinco anos ininterruptos de gozo de aposentadoria por invalidez, quer antes do advento da Lei 3.807/60, ou posterior, desde que antes da Lei Orgânica da Previdência Social, a aposentadoria tornar-se-á definitiva, não se admitindo seu cancelamento sob o argumento de ter sido ele pedido pelo beneficiário - Restabelecimento que se concede. (Desprovimento) (TFR) AC 46.164-RS, 13/08/82.

**Previdência Social** - Renda mensal vitalícia - O art. 73 da CLPS assegura aos maiores de setenta anos ou aos definitivamente incapacitados para o trabalho, que não exerçam atividades remuneradas e que não sejam dependentes de outrem, o amparo da Previdência Social, desde que provem ter exercido, no mínimo por cinco anos, atividade incluída na previdência urbana ou rural. (Desprovimento) (TFR) AC 82.834-SP, 27/05/83.

**Princípio da Indivisibilidade da Ação Penal** - Edital de citação - Nulidade incomprovada - Cerceamento de defesa - Inocorrência - A norma do art. 48 do CPP não compreende ação penal pública que, não obstante, é inderrogável - O fato de o Ministério Público deixar de oferecer denúncia contra quem não reconheceu a existência de indícios de autoria na prática do delito, não ofende o princípio da indivisibilidade da ação penal - O equívoco apontado no edital, resultante de simples erro datilográfico, quanto à capitulação do delito, não invalida o ato, de vez que o réu se defende da imputação de crime contida na denúncia, não do artigo de lei classificado - O restrito âmbito do *Writ* não é a via adequada para discutir o mérito da sentença atacada. (Desprovimento) (STJ) RHC 1.154-RJ, 20/05/91.

**Prisão Aberta Concessiva** - Condições impostas - Não se constitui em constrangimento ilegal a concessão, na sentença, de regime aberto e a não soltura imediata do réu, desde que, para tanto, exigiu-se e não foi cumprida, entre outras condições, a apresentação do exame criminológico - A condição imposta pelo magistrado sentenciante, inserida nos arts. 114, 115 e 117 da LEP, tem como finalidade conhecer-se a capacidade do réu de reinserir-se na sociedade, e o exame criminológico é o meio eficaz para tanto - Se a falta deste não se deu por culpa da máquina burocrática, mas sim por negligência do réu, inexistente o prefalado constrangimento. (Indeferimento) (STJ) HC 301-SP, 07/05/90.

**Prisão Cautelar Processual** - Princípio da presunção de culpa - Compatibilidade - Excesso de prazo - Inocorrência de constrangimento ilegal - A prisão cautelar processual está prevista na Constituição (art. 5º, LXI), e não se choca com o princípio da presunção de culpa (art. 5º, LVII), da mesma Carta Política, podendo ser decretada para atendimento de qualquer dos pressupostos do art. 312 do CPP. Se a prisão decorre de sentença de pronúncia, não está sujeita à prazos preestabelecidos, podendo estender-se até final julgamento da causa, sem que tal importe em constrangimento ilegal - Consolidada jurisprudência do STF. (Desprovimento) (STJ) RHC 1.002-SP, 27/02/91.

**Prisão Civil** - Cumprimento em regime domiciliar - Excepcionalidade - O benefício da prisão domiciliar não se estende, em tese, à prisão civil, pois esta não é pena, mas simples coação admitida para cumprimento de obrigação - Tratando-se de pessoa idosa, gravemente enferma, aliado ao fato de que a prisão civil está prestes a expirar, admite-se, excepcionalmente, o seu cumprimento em regime domiciliar. (Concessão) (STJ) HC 3.448-SP, 21/08/95.

**Prisão Civil** - Inadimplemento de obrigação alimentar - Havendo manifestação tempestiva do devedor de alimentos acerca da impossibilidade de arcar com o ônus do débito, não pode o juiz decretar, desde logo, a custódia, sem apreciação da justificativa, a teor do art. 733, § 1º, do CPC. (Provimento) (STJ) RHC 702-PA, 06/03/91.

**Prisão Civil** - Verba alimentícia - Licitude - Parcelas outras, indevidas - A prisão civil, decretada em virtude do não pagamento de prestação alimentícia, desde que calcada nos cânones processuais civis, reveste-se de legalidade; no entanto, não se inserem as parcelas estranhas ao débito alimentar, assim como custas e honorários de advogado - Recurso parcialmente provido para que se exclua da conta qualquer parcela não inerente ao débito alimentar. (STJ) RHC 5.441-PR, 21/05/96.

**Prisão em Flagrante** - Excesso de prazo - Em se tratando de prisão em flagrante, está o prazo relacionado com os efeitos da pena, tanto que afinal fixada a sanção penal, o tempo da prisão processual será deduzido no período imposto para a prisão penal, razão porque há que se levar em consideração no cômputo do prazo o *dies a quo*, de conformidade com o disposto no art. 8º do Código Penal, por ser mais favorável ao agente. (Desprovimento) (TFR) RHC 6.354-PR, 12/11/85.

**Prisão em Flagrante** - Impõe-se reconhecer a inexistência de flagrante se o agente, ao ser preso, não se encontrava na prática de qualquer crime e, outrossim, na oportunidade, nada fora apreendido em poder que se ligasse aos fatos tidos como delituosos. (Desprovimento) (TFR) RHC 6.208-PE, 26/04/85.

**Prisão Preventiva** - Inexistência de justificação - Revogação - O decreto de prisão preventiva há que ser devidamente fundamentado, não sendo suficiente a simples referência aos pressupostos determinados no dispositivo procedimental, bem como a circunstância de o magistrado se limitar a encampar manifestação da autoridade requerente, que expresse mero pedido, sem demonstrar cabalmente a necessidade da medida - Se omissos quanto às razões de ordem fática, pelas quais se pode inferir da necessidade da medida externa, impõe-se a sua revogação. (Provimento) (STJ) RHC 835-PE, 21/08/91.

**Prisão Preventiva** - Relaxamento - Excesso de prazo - Motivos de força maior - Inocorrência de constrangimento ilegal, a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, havido por motivos de força maior, devidamente justificados, não constitui constrangimento ilegal capaz de ensejar relaxamento de prisão preventiva, mormente quando o paciente responde por crime idêntico, em outra comarca, em que tal medida já fora denegada e confirmada pelo Tribunal *ad quem*. (Desprovimento) (STJ) RHC 4.346-MA, 15/02/95.

**Prisão Preventiva** - Réu preso, preventivamente, pronunciado por homicídio duplamente qualificado - Recusa justificada pelo juiz em conceder-lhe liberdade - O art. 408, § 2º, do CPP, confere ao juiz uma faculdade a ser exercida com prudente arbítrio - Assim, persistindo os motivos que levaram à decretação da

preventiva, pode o juiz recusar fundamentalmente a concessão do benefício do citado preceito legal, mesmo quando se trate de réu primário e de bons antecedentes. (Desprovimento) (STJ) RHC 132-SP, 18/09/89.

**Processo - Extinção - Recurso cabível -** Da decisão que extingue o processo sem julgamento do mérito, o recurso cabível é o de apelação - Impossibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade recursal pois, além de se tratar de erro grosseiro, o agravo se apresenta intempestivo. (Desconhecimento) (TFR) AG 44.316-SP, 11/04/86.

**Processo - Juros - Incidência - Honorários advocatícios -** Os juros de mora, ainda que não tenham sido pedidos ou não contemplados na sentença, estão implicitamente incluídos na condenação, pois constituem parte integrante do principal - Honorários advocatícios devidos e mantidos, eis que, calculados de conformidade com a determinação legal. (Desprovimento) (TFR) AC 64.196-BA, 09/12/83.

**Processo - Liquidação de Sentença - Cálculos -** Não basta alegar irregularidades nos cálculos feitos em execução, é preciso demonstrá-los - Improcedem as impugnações desacompanhadas de indicação de erros porventura existentes. (Desprovimento) (TFR) AC 88.984-BA, 24/04/84.

**Protesto por Novo Júri - Pena imposta em segunda instância -** Não serve de empecilho ao protesto por novo Júri o enunciado pelo § 1º, do art. 607, do CPP, mesmo que a pena, superior a vinte anos, tenha sido fixada em segunda instância, por adoção de regra de concurso de crimes - Ademais, o citado dispositivo, que fazia remissão ao art. 606, não admitindo o protesto quando a pena fosse imposta em grau de apelação, perde razão de ser, visto que este foi revogado pela Lei 263, de 23 de fevereiro de 1948 - Pretensão acolhida para conceder aos réus direito a novo julgamento pelo Tribunal do Júri. (Provimento) (STJ) RESP 33.259-SP, 16/11/94.

**Queixas-Crimes - Inépcia - Conexão entre as ações - Negativa -** Improcede o pedido de conexão entre as ações penais com unidade de julgamento quando a matéria está sendo examinada em primeiro grau, pendente de solução - Não há inépcia de queixas-crimes movidas por dois ofendidos contra um ofensor, e referentes ao mesmo fato, sob alegação de cerceamento de defesa, quando se percebe, a par das características relacionais próprias que contém os seus históricos, a descrição exata dos fatos que geraram seus oferecimentos, propiciando ao contrário do alegado, ampla defesa do acusado. (Desprovimento) (STJ) RHC 3.075-SP, 18/10/93.

**Recurso de Habeas Corpus - Impetração por quem não advogado - Alegação de** excesso de prazo - Inocorrência - A impetração de recurso de *habeas corpus* pela parte, conforme o art. 654 do CPP, não fere o disposto no art. 133 da CF, por se tratar de medida urgente cujo reconhecimento da sua legitimidade é dado pela egrégia Suprema Corte, Guardiã da Constituição Federal - Não enseja falar em

trancamento da ação penal por alegado excesso de prazo na formação da culpa, quando as informações da autoridade coatora mostram, inequivocamente, a inveracidade da alegação, mormente quando a dilação do prazo deveu-se exclusivamente a expedientes da própria defesa. (Desprovimento) (STJ) RHC 1.656-PR, 26/02/92.

**Recurso em Sentido Estrito** - Homicídio - Legítima defesa incomprovada - Sentença de pronúncia - Tribunal do Júri - Evidenciada a materialidade e a autoria do delito previsto no art. 121 do CP e inexistindo provas do exercício de legítima defesa, de modo a justificar, de plano, a absolvição sumária do réu, e de se manter a r. sentença de pronúncia para que o feito seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. (Desprovimento) (TFR) RCCR 1.192-BA, 08/04/86.

**Recurso em Sentido Estrito** - Impossibilidade de arrazoar na segunda instância - A regra contida no art. 600, parágrafo 4º, do CPP, assegura a faculdade de arrazoar na instância superior somente em caso de apelação, não abrangendo o recurso em sentido estrito, cujo disciplinamento, estabelecido em norma própria, não comporta interpretação analógica. (Desconhecimento) (STJ) RESP 2.954-SP, 12/12/90.

**Responsabilidade Civil** - Acidente de trânsito - Indenização - Comprovado que a causa do acidente se deveu única e exclusivamente a defeitos e irregularidades da pista, cabe ao órgão público encarregado da conservação e manutenção das rodovias responder pelos danos causados desta a terceiros. (Desprovimento) (TFR) AC 90.246-DF, 25/05/84.

**Responsabilidade Civil** - Transporte marítimo - Em se tratando de mercadoria a granel, a responsabilidade do armador termina no momento em que se inicia o içamento da mercadoria pelo aparelho da entidade portuária ou trapiche municipal. (Desprovimento) (TFR) AC 51.405-SP, 09/11/82.

**Responsabilidade Civil** - Transporte marítimo - Extravio de carga - Indenização - Na ação de reembolso ou de indenização, em casos de danos ou avarias em mercadorias transportadas por via marítima, é indispensável o termo de vistoria, lavrado logo após o desembarque da mercadoria e com participação dos interessados, sendo que, na falta de tal documentação, carece de ser acolhida a pretensão pleiteada. (Provimento) (TFR) AC 34.928-SP, 19/10/83.

**Sentença** - Tentativa de anulação - Renúncia ao direito de recurso - Não imprescindibilidade do interrogatório - Ocorrendo o trânsito em julgado da sentença e havendo o advogado renunciado tacitamente ao direito do recurso de apelação, o fato de não ter sido interrogado o réu após sua prisão não ofende o art. 185, do CPP, eis que tal procedimento, como complementação de atividade instrutória, somente serviria para avaliação em outra instância, o que não ocorre com a renúncia anterior a este fato. (Desprovimento) (STJ) RHC 4.476-SP, 19/04/95.

**Sentença de Pronúncia** - Nulidade - Arguição extemporânea - Impossibilidade de apreciação de prova pela via eleita - A arguição de nulidade durante a instrução criminal deverá ser feita dentro dos prazos previstos no art. 406 do CPP, sob pena de restarem sanadas, a teor do art. 571, I, e 572, I, do mesmo diploma legal - A via estreita do *habeas corpus* é inadequada para a apreciação aprofundada de matéria de prova existente nos autos. (Desprovemento) (STJ) RHC 930-RO, 04/02/91.

**Serventuário de Cartórios não Oficializados** - Os que não percebem vencimentos pelos cofres públicos e não estão sujeitos às garantias próprias do regime estatutário, têm sua situação regulada pela legislação trabalhista, obrigando, destarte, seus empregadores, ao cumprimento das normas celetistas, sob fiscalização do Ministério do Trabalho. (Desprovemento) (TFR) AMS 94.710-PI, 01/04/86.

**Servidor Público** - Ascensão funcional - Candidato aposentado - Em se tratando de servidor efetivamente aposentado, não cabe ao mesmo participar de processo seletivo para ascensão funcional, pois nos termos do Decreto nº 81.315, o referido instituto é restrito aos integrantes do quadro permanente de cada área. (Provemento) (TFR) AMS 89.107-RJ, 07/12/82.

**Servidor Público** - Reajuste salarial - Direito adquirido - Quando editada a Medida Provisória nº 154/90, o percentual de 84,32%, relativo ao IPC de 16 de fevereiro a 16 de março, já havia se incorporado ao patrimônio jurídico dos impetrantes, o qual deve ser concedido, sob pena de ofensa ao instituto do direito adquirido. (Concessão) (STJ) MS 647-DF, 12/12/91.

**Sigilo Bancário** - Requisição de informações bancárias pelo Ministério Público - O art. 192 da Constituição Federal estabelece que o Sistema Financeiro Nacional será regulado em lei complementar - Ante a ausência de norma disciplinadora, a Lei 4.595/64, que instituiu referido sistema, restou recepcionada pela vigente Constituição da República, passando a vigorar com força de lei complementar, só podendo, destarte, ser alterada por preceito de igual natureza - Assegurado, no art. 38 da Lei 4.595/64, o sigilo bancário, as requisições feitas pelo Ministério Público que impliquem violação ao referido sigilo devem submeter-se, primeiramente, à apreciação do Judiciário, que poderá, de acordo com a conveniência, deferir ou não, sob pena de se incorrer em abuso de autoridade. (Concessão) (STJ) HC 2.019-RJ, 13/04/94.

**Suspensão Condicional da Pena** - Prorrogação - Condenação posterior à expiração do prazo do benefício - Revogação do *sursis* - Impossibilidade - É inadmissível a revogação do *sursis* quando já expirado o prazo da concessão do benefício, ainda que, durante o período, o réu tenha sido condenado em decisão irrecurável. (Concessão) (STJ) HC 5.762-SP, 09/09/97.

**Suspensão do Processo** - Exame de sanidade mental - Liberdade provisória - Possibilidade - A suspensão do processo, quando verificada a insanidade mental

do acusado, só ocorre quando do deferimento do exame pela autoridade judiciária competente, a teor do disposto no § 2º do art. 149 do Código de Processo Penal, e não no momento em que o mesmo é requerido ou nomeado curador ao réu - A necessidade da segregação cautelar do acusado só é admitida quando baseada em justificação judicial, devidamente fundamentada, nos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sob pena de se transformar em letra morta o direito individual constitucionalmente assegurado a todos, da liberdade de ir, vir e ficar. (Provimento Parcial) (STJ) RHC 6.245-MG, 24/06/97.

**Trabalho** - Insubordinação - Despedida - Equiparação salarial - O fato de o empregado não ter aceito cargo de confiança ou chefia não cometeu falta grave, nem se houve com insubordinação - A falta, para ser determinante de despedida por justa causa, deve constituir-se em grave violação dos deveres do empregado e, não havendo qualquer norma legal que obrigue o empregado a aceitar tais cargos, a recusa não constitui elemento capaz de ensejar uma rescisão por justa causa - Equiparação salarial não é de ser atendida, por falta de provas e apresentação de paradigma que permita analisar a necessidade de se estabelecer isonomia. (Desprovimento) (TFR) RO 4.854-PE, 21/08/81.

**Tráfico de Entorpecentes** - Recurso de *habeas corpus* - Réu revel - Citação por edital - Exame de dependência toxicológica - Fiança - Válida é a citação feita por edital, processada de acordo com os elementos constantes dos autos em obediência aos preceitos legais concernentes - Capitulado o crime como tráfico e não de posse de substância entorpecente para uso próprio, desnecessária, por ocasião do interrogatório, indagação sobre eventual dependência toxicológica, ou realização do exame técnico - Sendo a pena mínima, cominada para o crime do art. 12 da Lei nº 6.368/76, de três anos, incabível a concessão da fiança. (Desprovimento) (STJ) RHC 168-SP, 21/08/89.

**Tráfico Internacional de Entorpecente** - Indemonstrado seja o réu dependente e que, ao tempo da ação, fosse incapaz de entender o seu caráter criminoso e de determinar-se de acordo com esse entendimento, inadmissível atender a pretendida desclassificação do crime de tráfico para o de uso próprio de drogas - Restando provada a materialidade e a autoria do crime previsto nos artigos 12 c/c o art. 18, I, da Lei 6.368/76, impõe-se a sanção determinada pela norma. (Desprovimento) (TFR) ACR 6.444-MT, 09/04/85.

**Tribunal do Júri** - Decisão - Apelo - Falta de fundamentação legal - Sua admissibilidade - A falta de indicação dos dispositivos legais em que se apoia o termo da apelação interposta contra decisão do Tribunal do Júri não impede o seu conhecimento, desde que nas razões se encontrem os fundamentos que ensejaram o recurso e as pretensões da recorrente estejam perfeitamente delineadas - Jurisprudência do egrégio Supremo Tribunal Federal - Recurso conhecido e provido para que o Tribunal *a quo* receba o apelo e aprecie o mérito. (STJ) RESP 8.960-PR, 07/08/91.

**Valor da Causa - Impugnação - Alteração -** Oferecidos elementos concretos de forma a possibilitar a alteração do valor dado à causa, pode o juiz por convicção pessoal ou servindo-se do auxílio de peritos, acolher o valor oferecido pelo réu na impugnação. (Desprovemento) (TFR) AG 41.572-SP, 22/04/86.

**Vínculo Empregatício - Grupo-tarefa -** A prestação de serviço, ainda que como grupo-tarefa, de natureza permanente, com subordinação hierárquica, cumprimento de horário e observância de normas internas da repartição, caracteriza a relação empregatícia definida no art. 3º da CLT. (Desprovemento) (TFR) RO 3.994-RJ, 02/10/84.